

# A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro: entre a sujeição e o prestígio social

Mônica Carvalho<sup>1</sup>

Winnie Santos<sup>2</sup>

176

## Resumo

O presente artigo objetiva explicitar o lugar destinado a mulheres pretas na sociedade contemporânea, levando em consideração os papéis por elas ocupados no mundo do trabalho, buscando compreender as similaridades e diferenças vivenciadas por mulheres pretas que realizam trabalhos domésticos, e que ocupam posições de prestígio em cargos de liderança. Essa reflexão gira em torno da forma com a qual o sistema capitalista se beneficia em manter mulheres pretas em um lugar social de subalternidade a partir da intersecção de múltiplas opressões. Este artigo, articula dados das pesquisas de Carvalho (2019) e Santos (2020) objetivando compreender as violências concretas e simbólicas vivenciadas por esse grupo de mulheres que, considerando a estrutura patriarcal e cisheteronormativa segue, ao longo da história, ocupando a base da pirâmide social, mesmo quando ascendem no mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** Mulheres pretas; Trabalho; Interseccionalidade.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC- SP). Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC- SP). Possui Graduação em Psicologia pela Universidade São Judas (2018) e Graduação em Administração pela Universidade Federal do Ceará (2005). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social e organizacional. Atua como professora e supervisora do curso de psicologia da Universidade São Judas e como Psicóloga Clínica em consultório particular. | [monicagurjao@hotmail.com](mailto:monicagurjao@hotmail.com)

<sup>2</sup> Psicóloga formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2011), especialista em Gestão de pessoas e Negócios pela Universidade da Cidade de Nova Iorque - Baruch College (2013), aprimoramento em Gestão de Recursos Humanos pela Fundação Getulio Vargas (2016) e Mestra em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) campus Perdizes. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase Psicologia Organizacional e do Trabalho. Atualmente atua como pesquisadora e consultora de projetos no Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT. | [winnisantos@gmail.com](mailto:winnisantos@gmail.com)



## Resumen

Este artículo tiene como objetivo explicitar el lugar destinado a las mujeres negras en la sociedad contemporánea, teniendo en consideración los roles que ocupan en el mundo del trabajo, buscando comprender las similitudes y diferencias vividas por mujeres negras que realizan trabajos domésticos, y que ocupan posiciones de prestigio en cargos de liderazgo. Esta reflexión gira en torno a la forma en que el sistema capitalista se beneficia manteniendo a las mujeres negras en un lugar social de subalternidad a partir de la intersección de múltiples opresiones. Este artículo articula datos de la investigación de Carvalho (2019) y Santos (2020) con el objetivo de comprender las violencias concretas y simbólicas que vive este grupo de mujeres que, considerando la estructura patriarcal y cisheteronormativa, continúa, a lo largo de la historia, ocupando la base de la pirámide social, incluso cuando ascienden en el mundo del trabajo.

**Palabras-clave:** Mujeres negras; Trabajo; Interseccionalidad.

## Abstract

This article aims to explain the place for black women in contemporary society, taking into account the roles they occupy in the world of work, seeking to understand the similarities and differences experienced by black women who perform domestic work, and who occupy prestigious positions in leadership positions. This reflection is around the way the capitalist system benefits from keeping black women in a social place of subordination from the intersection of multiple oppressions. This article articulates data from the research by Carvalho (2019) and Santos (2020) aiming to understand the concrete and symbolic violence experienced by this group of women who, considering the patriarchal and cisheteronormative structure, continues, throughout history, to occupy the base of the pyramid even when they ascend in the world of work.

**Keywords:** black women; Work; Intersectionality.

Quer saber o que me incomoda, sincero.  
É ver que pra noiz a chance nunca sai do zero  
Que se eu me destacar é pura sorte jáo  
Se eu fugir da pobreza  
Eu não escapo da depressão  
Um quadro triste e realista  
Na sociedade machista  
As oportunidades são racistas  
São dois pontos a menos para mim

[Tássia Reis, 2016]



## Introdução

178

Esse artigo se compõe a partir da articulação e reflexão de duas pesquisas que, em diferentes âmbitos, apontam para as relações da mulher preta<sup>3</sup> no mercado de trabalho brasileiro. Por um lado, a pesquisa de Carvalho (2019) investigou o trabalho doméstico<sup>4</sup> remunerado apontando a predominância de mulheres pretas neste campo. Por outro, Santos (2020) analisou a realidade de mulheres pretas inseridas no mundo do trabalho em posições de prestígio social, que são ocupadas majoritariamente por homens brancos. Desta maneira ao articularmos estas diferentes pesquisas pretendemos analisar em amplo espectro a presença da mulher preta no mercado de trabalho brasileiro.

Em suas pesquisas o IBGE (2018, p.17) utiliza o termo negro para se referir a pardos e pretos. Conforme declaram pesquisadores do instituto o “ponto positivo da classificação no Brasil é que ela vem desde 1872. E o ponto negativo é que ela vem desde 1872<sup>5</sup>”. Por esta afirmação, os pesquisadores destacam que, se por um lado, temos uma série histórica substancial no que se refere ao aspecto racial, por outro lado, devemos reconhecer que estas categorias são ainda limitadas quando se trata de um país pluriétnico e multicultural como o Brasil.

Um dos embates vivenciados pelo IBGE é o fato que o aspecto racial é resultado de uma autodeclaração de tal modo que, mesmo entre os

---

<sup>3</sup> Neste artigo destacamos a realidade vivida por mulheres pretas. Compreendemos que as mulheres negras - pretas e pardas conforme a classificação do IBGE - são subalternizadas e passam por processos de opressão diferentes dos sofridos por mulheres brancas contudo, acreditamos que no Brasil, o racismo explícito e o preconceito racial de marca - opressão exercida em relação à aparência, ou seja, quanto mais retinto o indivíduo mais oprimido (Nogueira, 2006). Desta maneira, levando-se em conta este aspecto, destacamos que as mulheres pretas são maior alvo de preconceito e subalternização por isso, apesar de nos referirmos neste texto a mulheres negras e pretas optamos por ressaltar a realidade daquelas que entendemos enfrentar os maiores desafios.

<sup>4</sup> No decorrer deste artigo, quando utilizamos o termo trabalho doméstico destacamos que sempre nos referimos a esta atividade executada como fonte de trabalho e renda.

<sup>5</sup> Disponível em:

[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf). Acesso em: 08 jan. 2021.



indivíduos com a mesma tonalidade de pele, encontramos aqueles que se declaram pretos ou pardos. Desta forma, a consciência racial decorre de uma construção social, cultural e política que, como destaca Kilomba (2019, p.151), “no nível do imaginário branco é reforçado diariamente para o sujeito negro através de imagens coloniais, terminologias e línguas”.

Desta forma, desejamos apontar que no Brasil a cor da pele é um elemento que nos coloca ou retira de lugares, que atribui estereótipos e estigmas sociais. Como destaca Nogueira (2007, p. 296) “no Brasil, a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negróides” ou seja, quanto mais próximo do branco melhor, quanto mais distante pior.

Relembramos, ainda, como destaca Pacheco (2008, p. 54), que no Brasil, “O imaginário social, ainda que recriado, traz consigo uma marca das ideologias fortemente promulgadas no início do século XX, como as teorias do embranquecimento racial e, nos anos 30, a tese da democracia racial freyreana”, tal perspectiva evidencia-se na expressão “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”, que denota, historicamente, o lugar de subalternidade e servidão que se destinou as mulheres negras.

Desta maneira, a “brancura” é um valor prezado e perseguido pela sociedade brasileira “por aí que dá prá gente entender a ideologia do branqueamento, a lógica da dominação que visa a dominação da negra mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais” (GONZÁLEZ, 2018, p.237). Compreendendo a importância destes aspectos, neste artigo adotaremos predominantemente<sup>6</sup> o termo mulheres pretas, não porque se deseja ensejar um colorismo, mas, porque se compreende a necessidade de destacar que sob as mulheres pretas recai um maior preconceito.

Adotando uma perspectiva materialista, histórica e dialética pretendemos refletir quais seriam as similaridades, discrepâncias e

---

<sup>6</sup> Apesar de termos escolhido destacar a realidade daquelas que entendemos enfrentar os maiores desafios, portanto, as mulheres pretas, destacamos que no decorrer deste trabalho adotamos autores que utilizam tanto o termo negros e negras, quanto pretos e pretas, nestes casos os termos originais são mantidos. Além disso se por um lado a pesquisa de Santos (2020) objetivou pesquisar apenas mulheres pretas a pesquisa de Carvalho (2019) não se restringiu a este âmbito atingindo mulheres negras (portanto pretas e pardas) desta maneira, à medida que nos referimos a estas diferentes pesquisas utilizamos os termos adotados por elas. Contudo, destacamos que a pesquisa de Carvalho (2019) apresentou como resultado o fato de mulheres pretas, no campo do trabalho doméstico, serem alvo mais frequente de preconceito quando comparadas as demais.



consonâncias vivenciadas por trabalhadoras que aparentemente parecem tão distintas (quando se leva em conta a posição que ocupam no mercado de trabalho). Afinal, quais seriam as intersecções, e contradições presentes neste campo? Quais seriam os significados constituídos a partir do trabalho por estas mulheres? Seria o trabalho para as mulheres pretas fonte de realização ou sujeição?

Ressaltamos que as duas pesquisas trazem como central a discussão acerca do trabalho sob uma perspectiva materialista histórica e dialética, articulando essa base teórico-metodológica, com as categorias de gênero-raça-classe, adotando para tal, elementos da teoria interseccional.

### **A mulher preta e o mercado de trabalho no Brasil**

Para uma discussão apropriada do lugar que historicamente a mulher preta tem ocupado no mercado de trabalho brasileiro faz-se necessário um olhar para a história. Salientamos que o olhar que aqui pretendemos realizar é um olhar voltado para a luta de classes ou, em outras palavras, um olhar que considera o caráter histórico do movimento social em que estão inseridos os indivíduos. (GONÇALVES, 2015).

O lugar de subalternidade que perdura até os tempos atuais foi conferido aos negros desde a sua chegada ao Brasil, vindos sequestrados da África. Quando trazidos como meros objetos a serem utilizados pela sociedade branca que vivia da exploração de sua mão de obra (SANTOS, 2020).

Vale destacar que a vinda dos escravos ao Brasil fundamentou-se, também, em aprovação religiosa, uma vez que a bula Papal redigida pelo papa Nicola V autorizava o comercio negreiro<sup>7</sup>. Rapidamente a posse de escravos tornou-se sinônimo de riqueza no Brasil, uma vez que esses indivíduos representavam valiosa mercadoria que poderia ser alugada, vendida, leiloada ou simplesmente exibida como fonte de prestígio.

Do Brasil colônia ao império a presença da mulher negra é marcante. Ter escravas representava para seus senhores riqueza, mesmo que estas fossem compradas e vendidas a valores inferiores quando comparadas aos

---

<sup>7</sup> GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **1452-55: quando Portugal e a Igreja Católica se uniram para reduzir [praticamente] todos os africanos à escravatura perpétua.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/1452-55-quando-portugal-e-igreja-catolica-se-uniram-para-reduzir-praticamente-todos-os-africanos-escravatura-perpetua/>. Acesso em: 23 ago. 2020.



homens. Bem treinadas, limpas e vestidas contribuíram para o enriquecimento e comodidade da raça branca. Tanto nos afazeres domésticos, deixando a casa em ordem, nas ruas vendendo quitutes, amamentando e, até mesmo vendendo o corpo, segundo González (2018), a mulher preta foi por muito tempo a grande responsável pelo sustento e bem estar da raça branca.

A expansão do capitalismo exigia o fim do escravismo e o conseqüente aumento dos mercados; como Marx e Engels (2005, p. 43) nos lembram, “a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte”. Assim, a abolição da escravatura representou a possibilidade de fazer florescer um novo regime capitalista no Brasil.

Contudo, para além dos interesses econômicos assinalados por Marx e Engels, é importante ressaltar a participação de pretas e pretos nos movimentos que resultaram na assinatura da Lei Áurea. Como pontua Clóvis Moura (2019), desde sua chegada ao Brasil, esses indivíduos demonstraram um *espírito associativo*, que teria contribuído para que negras e negros se defendessem social, cultural e biologicamente, criando formas de resistência que contribuíram para a assinatura da lei da abolição.

Entretanto, a abolição não representou para as mulheres negras mudanças significativas, já que não assegurou a inserção destas na sociedade, uma vez que “os fazendeiros continuaram a tratar os negros livres como faziam com os escravos, movidos pela prepotência e pelo preconceito racista” (GORENDER, 2016, p.219). As mulheres negras foram conferidos os trabalhos mais precarizados, contribuindo para um processo histórico de subalternização destas no mundo do trabalho.

Referente aos trabalhos realizados por mulheres negras ao longo da história, Lélia Gonzalez (2018) nos faz lembrar que além da realização de tarefas domésticas, atuavam ainda em outras atividades, realizando também trabalhos pesados, tal qual os homens escravizados. Gonzalez aponta (2018, p.65) que no Brasil existe, secularmente, uma divisão racial do trabalho que opera de tal maneira que “o gênero e a etnicidade são manipulados de tal modo que [...] os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, coincidentemente, pertencem exatamente às mulheres e a população negra”. De acordo com a socióloga, as trabalhadoras rurais e as empregadas domésticas da sociedade contemporânea, não passariam de uma sucessão das escravas de eito e das mucamas, respectivamente.



Outro fator relevante referente ao papel da mulher negra no mercado de trabalho, relaciona-se ao papel ocupado na economia familiar. Como nos elucida Farias (2017), no pós-abolição os homens negros não foram inseridos no mercado de trabalho, porque estavam inseridos de forma excludente na sociedade de classes, ficando à margem do processo produtivo, uma vez que a imigração europeia foi adotada como caminho promissor e a mão de obra dos imigrantes foi a força de trabalho predominante. Assim, “não houve, por essas terras, uma transformação do trabalhador escravizado no trabalhador livre assalariado típico do capitalismo ‘modelo’ dos países centrais” (ARAÚJO, 2020<sup>8</sup>). Este processo resultou na responsabilização das mulheres negras - inseridas na vida dos brancos e em suas casas - pela economia familiar, de tal modo que, continuaram desempenhando as mesmas atividades que anteriormente exerciam responsabilizavam-se pela sobrevivência familiar.

Na virada do século XIX para o XX a mulher negra se inseriu na sociedade produtiva como cuidadora de lares, enfrentando longas jornadas diárias de trabalho, sem nenhuma proteção legal, afinal o trabalho doméstico não era considerado produtivo. Conforme aponta a historiadora (Bergman de Paula) Pereira (2011) o fim da escravidão, representou tão somente novos arranjos para que as escravas continuassem a exercer as mesmas atividades domésticas; embora passassem a ser chamadas de empregadas, desempenhavam o mesmo papel no cuidado da casa e da família patriarcal.

Deste modo, o que aqui destacamos é que, quando se trata de escravidão, existe na história do Brasil uma continuidade e não uma ruptura. Falar da mulher preta no mercado de trabalho brasileiro é admitir que a situação em que algumas pessoas se encontram, trabalham e vivem são consequências históricas do abismo econômico e social existente entre nós (SOUZA, 2009).

No item a seguir pretendemos avançar, compreendendo como o racismo é um importante elemento a ser ressaltado quando discutimos a sociedade de classes.

---

<sup>8</sup> ARAUJO, Barbara. Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/>. Acessado em 27 de setembro de 2020.



## O lugar do trabalho na sociedade de classes

Ao considerarmos o materialismo histórico dialético compreendemos que o ser humano é socialmente constituído e se estabelece por meio do trabalho. Desta forma, como nos assegura Marx<sup>9</sup> (2011), é o trabalho que garante a diferenciação entre o homem e os animais irracionais. É através do trabalho que o homem se distingue dos demais seres orgânicos demonstrando sua capacidade de antever, projetar e planejar o futuro. Trata-se da capacidade teleológica, em que o indivíduo atua de acordo com uma finalidade previamente formulada. É essa capacidade que diferencia a atividade humana da mera atividade orgânica dos animais.

Nesse sentido, o trabalho ocupa um importante papel na sociedade, não apenas diferenciando o homem dos animais irracionais, mas, também, determinando o surgimento de uma cultura, de hábitos e costumes, uma vez que o homem passa a transformar a natureza de forma consciente e com propósito determinado. É por ocupar esse espaço fundamental na constituição da sociedade e da subjetividade que o trabalho é um elemento referencial quando, por exemplo, conhecemos uma pessoa e logo perguntamos “Quem é você?”. Ao anunciar tal questão, muitas vezes, não estamos interessados pelos gostos, pensamentos e preferências de alguém, nos referimos ao “que a pessoa faz”, no que ela trabalha. Afinal, conhecendo o trabalho que alguém executa somos capazes de imaginar sua inserção social, presumimos seus rendimentos e sabemos que “um trabalhador que tenha baixo salário terá uma determinada capacidade de consumo” (FURTADO, 2011, p.86).

Assim, quando um trabalhador ocupa posições consideradas subalternas e/ou inferiores, tal aspecto desrealiza e brutaliza este trabalhador afinal, ao falarmos de trabalho não nos referimos simplesmente

---

<sup>9</sup> “Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade”. (MARX, 2011, p. 327).



a atividade que alguém executa, mas, a sua inserção social, seu posicionamento frente a uma escala de valores socialmente instituída (ANTUNES, 2009).

Frente a tais aspectos destacamos que a tarefa de compreender o trabalho e seus significados é complexa. Ao adotarmos uma perspectiva marxista reconhecemos essa complexidade compreendendo o trabalho enquanto base fundante do ser social e como um ponto de referência fundamental para os processos de subjetivação. Nesta perspectiva o trabalho não é apenas um meio para que o indivíduo mantenha sua sobrevivência é, também, uma forma deste colocar-se no mundo. Neste sentido, o trabalho é uma atividade vital e potencialmente emancipadora.

O trabalho enquanto espaço de potencial emancipação não se sujeita ao valor de troca imposto pelo sistema capitalista – desprovido de orientação humano-social – que subordina o valor de uso, ou, ainda, subordina os trabalhadores, seus potenciais e necessidades a reprodução do capital. Em síntese, um trabalho emancipador é, um trabalho dotado de sentido onde o “ser social pode humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo” (ANTUNES, p.175).

Contudo, como Marx (2004) nos lembra, o trabalho sob a forma capitalista de produção é um trabalho estranhado “no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação” (Marx, 2004, p. 82); sob tal expressão o trabalho revela-se não como espaço de efetivação das necessidades humanas, de emancipação, mas, sim, como mero meio de sobrevivência. Nesse sentido, sob tal forma, o trabalho manifesta-se enquanto espaço de precarização do ser genérico do homem que, uma vez desefetivado, não é capaz de apropriar-se de sua história e cultura. Assim, a

Precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas ‘precarização do trabalho’ no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, ‘precarização do homem que trabalha’, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico (ALVES, 2011, p.2).

A partir destes conceitos e dos dados históricos anteriormente apresentados podemos refletir o quanto o trabalho, exercido pela mulher preta, no Brasil, não vem sendo espaço de emancipação, uma vez que, secularmente, estas trabalhadoras viram sua atividade subordinada ao capitalismo, seja pelo viés da escravidão ou, atualmente, do neoliberalismo.



Assim, como tantos outros trabalhadores, mas, sob certas particularidades que aqui pretendemos apresentar, as mulheres pretas experimentam o trabalho destituído de sentido, ou, em outras palavras, “o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social” (ANTUNES, 2009, p.12) visto que sob o signo do capitalismo sua atividade laboral é coisificada, imposta, exterior, isto é, não acontece para a satisfação das necessidades, mas somente como forma de gratificar a necessidade de outrem (que detém os meios de produção).

Apesar de muitos críticos afirmarem que Marx realizou uma análise eurocêntrica quando pensou a experiência da classe trabalhadora, tomamos aqui a obra de Anderson (2019) que após ampla exploração da obra de Marx - a partir da análise de cartas, artigos, cadernos etnológicos e citações, além de muitos textos ainda não publicados e pouco acessíveis – concluiu que o autor no decorrer de sua trajetória refletiu sobre o colonialismo, as questões de raça, classe e escravidão sendo estes temas do interesse e de estudos aprofundados do pensador alemão. Assim, as críticas que pretensamente afirmam que Marx negligenciou tais aspectos não consideram a obra deste pensador em sua totalidade.

Neste sentido, tomar Marx (2013) como autor central para pensar a questão do trabalho das mulheres negras no Brasil é reconhecer que

No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas (FEDERICI, 2017. p. 37).

Portanto, acreditamos que a obra de Marx (2013) é essencial para esta discussão, em especial no que o autor destacou acerca da acumulação primitiva<sup>10</sup> afinal, o processo de acumulação primitiva também significou,

---

<sup>10</sup> “Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação ‘primitiva’ (‘previous accumulation’, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista,



historicamente, a exploração de determinados segmentos humanos pois, como aponta Federici (2017), o sexismo e o racismo foram fundamentais para o sistema capitalista, tornando-se a raça um fator chave para transmissão da propriedade privada, de tal forma que historicamente “branco” passa a denotar nas colônias privilégio social e econômico, e “negro”, “africano” passam a ser sinônimo de escravos, portanto indivíduos destituídos de humanidade.

Ressaltamos, ainda, que ao tomarmos o pensamento marxista para pensar esta questão, consideramos que a divisão do trabalho entre manual e intelectual alcança um patamar superior no sistema capitalista sendo fundamental para manutenção e funcionamento deste sistema. Tal divisão conduz ao enobrecimento das funções que se relacionam ao pensar e o conseqüente aviltamento das funções que requerem esforço físico, que passam a ser exercidas por indivíduos das classes dominadas e exploradas. Nesse sentido, a ocupação de posições de liderança, de prestígio social, reconhecidas como posições de destaque, estariam diretamente relacionadas com melhores oportunidades na sociedade de classes.

Finalmente, acreditamos que é essencial articular os aspectos destacados por Marx (2013) no que se refere à luta de classes com as categorias de raça e sexo. Tal qual destacou Gonzalez (1984) os “grilhões” que aprisionam a classe trabalhadora não são os mesmos, afinal, as condições impostas pelo racismo agravam as vidas dos sujeitos negros:

Gostaríamos de propor aqui a perspectiva segundo a qual a raça, como atributo socialmente elaborado relaciona-se diretamente com o aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, ou seja, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes [...] Uma vez que o racismo (de forma similar ao sexismo) transforma-se em uma parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a reprodução da divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos como o preconceito (HASENBALG, apud GONZALEZ, 2018, p. 42).

Na seqüência, através da articulação dos dados das pesquisas de Carvalho (2019) e Santos (2020), pretendemos compreender os diferentes

---

uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”. (MARX, 2013, p.514)



“grilhões” que aprisionam as mulheres pretas no mercado de trabalho brasileiro.

### Articulando e analisando dados

Carvalho (2019) entrevistou 6 trabalhadoras domésticas, dentre estas 3 trabalhadoras autodeclaradas pretas e/ou pardas (Conforme detalhes da Tabela – 1)<sup>11</sup>:

**Tabela 1.** Dados Socioeconômicos das participantes

Participante	Maria	Márcia	Regina
Idade	67	25	45
Escolaridade	Fund. Incompleto	Sup. Incompleto	Fund. Incompleto
Naturalidade	SP	BA	BA
Estado Civil	Viúva	Separada	Separada
Vínculo	Diarista	Diarista	Empregada doméstica <sup>a</sup>
Raça/Etnia	Preta	Parda	Preta
Sindicalizada	Sim	Não	Não
Rendimento Mês	≤R\$1.000,00	≤R\$3.000,00	≤R\$1.500,00

Fonte: Carvalho (2019) | Nota. <sup>a</sup> trabalhadora que possui carteira de trabalho assinada.

As três trabalhadoras escolhidas atuam na cidade de São Paulo. O trabalho doméstico é a ocupação única e principal das entrevistadas. As entrevistadas são mulheres com idades entre 25 e 67 anos. Duas são naturais do estado da Bahia e uma de São Paulo. Contudo esta última é filha de pais nordestinos que migraram para a cidade. Duas possuem o ensino fundamental incompleto e outra está cursando o ensino superior. Todas as entrevistadas descendem de famílias de baixa renda. Duas são separadas e uma é viúva. Todas as participantes possuem filhos e são financeiramente

<sup>11</sup> Para realização da pesquisa de Carvalho (2019) além das entrevistas, a pesquisadora coletou informações por meio de documentos, notícias, participações no sindicato da categoria e entrevistas com empresas que realizam a terceirização do trabalho doméstico.



responsáveis por estes. Uma das entrevistadas é empregada doméstica, o que significa que possui registro formal<sup>12</sup>, as outras duas atuam como diaristas (recebem por dia trabalhado).

Santos (2020)<sup>13</sup>, entrevistou quatro mulheres pretas que ocupam posições de prestígio no mundo do trabalho. Já no início do estudo, percebeu-se que a questão do anonimato, comum na realização de pesquisas científicas, dificilmente seria possível, uma vez que o número de mulheres que ocupam tais posições na sociedade brasileira é extremamente escasso, fator este já relevante, para explicitar os lugares ocupados por mulheres pretas em uma sociedade que tem o racismo como estruturante.

As instituições públicas como o legislativo e as reitorias das universidades, por exemplo, assim como as instituições privadas, como a diretoria de empresas, são dominadas por homens brancos ocupando as instâncias de poder. Conforme Almeida (2018, p.31), tal domínio

Depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaço em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos

Considerando tais fatores, foi feita a escolha de mulheres pretas que ocupam espaços predominantemente brancos e masculinos, compreendendo-se que ocupar esse lugar possa gerar impacto ainda maior para essas mulheres e que tais espaços podem proporcionar oportunidades de transformação da realidade. Por outro lado, entende-se que tal possibilidade pode também estar associada a uma maior pressão ou maiores desafios para as mulheres que se encontram em tais posições.

---

<sup>12</sup> CTPS assinada e direitos trabalhistas garantidos como assegura a lei complementar nº.150/2015.

<sup>13</sup> Para realização da pesquisa de Santos (2020) além das entrevistas, foram realizadas análises quanto trajetória de mulheres pretas como Winnie Mandela, Neusa Santos Souza e Marielle.



**Tabela 2.** Dados sociodemográficos das participantes

<b>Participante</b>	<b>Domênica</b>	<b>Elisa</b>	<b>Joana</b>	<b>Leci</b>
Idade	40	65	61	75
Escolaridade	superior completo	superior completo	pós-doutora	superior incompleto
Naturalidade	SP	SP	BA	RJ
Estado Civil	Casada	Divorciada	Casada	Solteira
Ocupação	Diretora Executiva	Secretária adjunta de Direitos Humanos	Reitora de universidade federal	Deputada Estadual

Fonte: Santos (2020)<sup>14</sup>.

Das quatro mulheres escolhidas, três atuam em São Paulo e uma delas em Itabuna, no Sul da Bahia. Todas ocupam posições nas quais a maioria de seus colegas são homens brancos. Sobre suas trajetórias de vida, as quatro são oriundas de famílias de baixa renda, que compreendiam a educação como um caminho para ascensão social. De alguma forma o funcionalismo público esteve presente em suas trajetórias, sendo elas mesmas funcionárias públicas em algum momento de suas carreiras, ou filhas de funcionários públicos.

### **Categorias de análise**

Ao articular os dados, apontando sentidos e significados provenientes das falas consideradas nas diferentes pesquisas, em especial, no que se refere ao conteúdo das entrevistas, compôs-se duas categorias de análise: "*arrimo de família*" e "*Corpos sujeitos aos interesses da classe dominante*".

Destacamos que as categorias apresentam entre si similaridades e complementaridades, tendo sido feita a divisão apenas para melhor exposição dos dados encontrados nas diferentes entrevistas. Deste modo, as

<sup>14</sup> O salário das mulheres pretas entrevistadas por Santos (2020) não foi exposto por questões éticas em relação às participantes e às instituições onde atuam.



categorias estabelecem entre si um sentido relacional, produzindo-se e reproduzindo-se mutuamente.

As categorias de análise foram criadas a partir de um trabalho de síntese. Buscam, de modo dialético, exprimir a imbricação existente entre indivíduos e sociedade, trazendo reflexões acerca das contradições, repetições, semelhanças e divergências encontradas entre as mulheres entrevistadas e suas realidades. As categorias serão explicitadas nos itens a seguir:

### *Arrimo de família?*

Apesar das significativas diferenças existentes entre as participantes observamos, em geral, que estas têm papel central na chefia de suas famílias, sendo as responsáveis pela manutenção econômica e emocional destas.

Tal percepção parece condizer com os dados apresentados pelo IPEA no levantamento "Famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família e localização do domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2015"<sup>15</sup> uma vez que os dados apontaram que ao longo dos anos 1995-2009, a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais, sendo este um fenômeno tipicamente urbano:

São percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491. (IPEA, 2011)

Nota-se que tal observação corrobora com o contexto histórico anteriormente apresentado, de tal maneira que se percebe que secularmente a responsabilização econômica quanto ao sustento da família tem recaído sobremaneira sobre as mulheres pretas. Tal perspectiva revela-se tanto no discurso de uma das trabalhadoras domésticas entrevistadas, quanto no de uma das mulheres que ocupa posição de prestígio:

---

<sup>15</sup> Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4ª edição. (2011) Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2020.



As coisas foram ficando ruins, difíceis, meu marido começou a beber e não me ajudava, ele me falou para trabalhar. Graças a Deus eu não estava pagando aluguel na época, morava num terreno que eu fui pagando as mensalidades. Daí voltei para trabalhar porque eu tinha a família para sustentar. (Maria)

Eu mandei preparar o apartamento todinho, quando estava tudo prontinho eu comprei os móveis, comprei cama, comprei guarda-roupa para minha mãe, comprei um joguinho de sofá para a sala e tal, aí eu cheguei em casa, entreguei a chave para a minha mãe e falei mãe, agora nós vamos morar na nossa casa própria (Leci).

Percebemos nos discursos de Maria e Leci o quanto persiste no imaginário social a ideia da “preta forte”, aquela que dá conta de tudo, que sustenta sua família, supera todas as dificuldades e agruras. Essa mulher é constantemente associada à ideia de não sofrimento, não necessidade de autocuidado. Mesmo no caso das trabalhadoras domésticas que não possuem uma renda fixa, tal responsabilidade apresenta-se de forma marcante de tal maneira que, independentemente das dificuldades experimentadas, estas trabalhadoras devem cumprir esse objetivo<sup>16</sup>.

Vale destacar que, no caso das trabalhadoras domésticas, recorrentemente os patrões associam a questão racial a um determinado tipo de “força física”, como se pode perceber através no anúncio postado por uma das patroas de Márcia em seu facebook para ajudar na divulgação da trabalhadora entre suas amigas:

Eu indico a Márcia, profissional comprometida, esforçada, de confiança. Levanta geladeira, arrasta sofá, não tem preguiça, faz de tudo para deixar a casa limpa (Uma das patroas de Márcia).

O estereótipo da mulher preta, arrimo de família, persiste historicamente entrecruzando a vida de mulheres que aparentemente

---

<sup>16</sup> Mesmo frente à pandemia de CORONAVIRUS enfrentada em 2020, observou-se que muitas trabalhadoras domésticas seguiram trabalhando sob risco de contágio nos transportes públicos e nos locais de trabalho (Empregadas domésticas, vítimas da pandemia na América Latina. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/29/empregadas-domesticas-vitimas-da-pandemia-na-america-latina.ghtml>. Acesso em 27 de agosto de 2020).



parecem tão diversas - Maria, Márcia, Regina, Domênica, Elisa, Joana, Leci. Apesar de aparentemente distintas, dada as posições que ocupam, observa-se que estas mulheres carregam, ou em algum momento de sua trajetória carregaram, a mesma responsabilidade quanto ao sustento de suas famílias, além de recorrentemente verem depositados em si os estereótipos de "mães-pretas" (sofredoras e abnegadas) e/ou "mártires" (fortes e resistentes).

A "mãe preta" estereótipo proveniente da escravidão - comum tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos através da figura da "mammy" - coloca a mulher preta no papel de subserviente, alguém que abdica de interesses pessoais para cuidar da família dos brancos de tal forma que possa sustentar sua família (HOOKS, 2019; GONZALEZ 2018). Esse papel, que aparentemente parece datado, fruto de um passado colonial, manifesta-se recorrentemente na representação vinculada à figura da "empregada":

Eu já tinha filho e meu marido estava desempregado. Mas hoje eu sou separada e sustento meu filho só. Mas na época ele estava desempregado uma situação super complicada, e aí eu em casa um dia a noite, desesperada sem saber o que fazer para sustentar a família entrei no facebook e fiz uma publicação dizendo "eu lavo, passo, cozinheiro" e vamos ver o que vai acontecer. Eu não sabia nem quanto cobrava só que eu tinha que botar dinheiro dentro de casa. (Márcia)

Para além da representação da "mãe preta" a figura da "mártir", da mulher forte, que aguenta todo tipo de dificuldade parece também ocupar um importante espaço na vida das entrevistadas:

Eu trabalhava muito mesmo daí eles falavam 'nossa menina você trabalha demais, nossa eu sei lá deixa seu filho trabalhar, seu marido trabalhar nessas coisas assim' mas daí eu falava 'eu já acostumei, por que eu era separada e depois me juntei mas continuo na mesma rotina. (Regina)

Fiquei 15 anos no estado, há um ano aqui, você vai pegando bagagem, você conversa consigo mesma... e eu falo, cada vez que vejo barbaridades, eu falo, a gente não pode arrefecer... Eu tenho 65 anos, já tive dois infartos, eu sou hipertensa, eu sou diabética... Mas você sabe!? Quando eu vou falar das questões raciais eu não sinto nada... de mal... eu sinto que assim, na verdade, é uma missão que a gente tem nessa passagem aqui (Elisa).



A imagem da mulher preta, "sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família" (GONZALEZ, 2018, p. 51) que subsiste no imaginário social - e no imaginário das entrevistas - efetiva o que poderíamos denominar de dimensão subjetiva da realidade<sup>17</sup>. Frente a esta dimensão umas das compreensões acerca da mulher negra que subsiste é a de guerreira, forte, apta a sobreviver a todo tipo de violência e abuso, assim, como as escravizadas fizeram. Tal dimensão perpassa a convivência diária das entrevistadas, atravessa o modo como trabalham e convivem com suas famílias.

Conforme mencionamos, não seria somente o passado escravocrata o responsável pela condição subalternizante vivenciada pelas mulheres pretas na atualidade, mas, também, a persistência de oportunidades desiguais de ascensão social que subjazem na dimensão subjetiva da realidade de tal modo que pode-se afirmar que o legado da escravidão se apresenta como "uma desvantagem inicial" mas, sob esta condição recai a contínua operação do processo de competição desvantajosa que se articula cotidianamente pela manutenção do nó patriarcal-racista-capitalista que estrutura nossa sociedade (SAFFIOTI, 2013).

#### *Corpos sujeitados aos interesses da classe dominante*

Um caso emblemático envolvendo a questão estética ocorreu em 2013, quando uma jornalista do Rio Grande do Norte afirmou em seu perfil de uma rede social que as médicas cubanas que chegaram ao Brasil para atuarem no programa *Mais Médicos* tinham 'cara de empregada doméstica', alegando ainda não ter certeza que elas eram realmente médicas. A postagem é seguida pela afirmação de que médico geralmente tem postura e se impõe a partir da aparência" (SANTOS, 2020, p.60 - 61).

A partir do trecho acima, iniciamos a reflexão sobre o lugar destinado aos corpos de mulheres pretas em uma sociedade estruturada pelo racismo,

---

<sup>17</sup> "A expressão dimensão subjetiva da realidade foi cunhada por Furtado (2002). Através desta expressão o autor explicita que a realidade se constitui sob uma base objetiva (econômica e material) e uma base subjetiva (valores). Estas bases estão assentadas histórica e socialmente sob um movimento de constante dialética. Em outras palavras, ao falar sobre dimensão subjetiva compreendemos a realidade enquanto construção histórica, síntese das condições subjetivas e objetivas, resultado de múltiplas determinações. (CARVALHO, 2019, p. 55)



que tem nesses corpos a base da pirâmide social, quando considerada uma estrutura cisheteronormativa, ocupando no mundo do trabalho os postos de pouco ou nenhum prestígio social, cabendo dúvidas, como a apresentada acima, quando esses corpos não estão nos lugares a eles predestinados.

Ao ocuparem posições de empregadas domésticas, faxineiras, ou os chamados serviços essenciais, mantendo o pleno funcionamento da sociedade, essas mulheres, contribuem para o enriquecimento da classe dominante, em especial, ao realizarem tais trabalhos de forma precarizada, subalternizada, com baixa remuneração e baixa proteção social, como percebe-se nas falas de Márcia e Maria:

Eu acho que eu nunca me neguei fazer nada. Eu já saí chorando, mas nunca me neguei, não dá pra dizer não, dá? Olha, é muita coisa. É brinquedo de cachorro, tinha uma pessoa que eu trabalhava que me pedia para limpar todos os brinquedos do cachorro com escova de dente (Márcia).

Eu pegava as calcinhas da filha, as cuecas do marido, era nojento, freada de bicicleta que ele andava, olha só cada sujeirada. [...] eu tinha que esfregar e depois pôr na máquina, e não falava nada (Maria).

Observa-se nas falas de Márcia e Maria o quanto os corpos de mulheres negras são ainda sujeitos a todo tipo de exploração e submissão. Limpar as cuecas do patrão com eventuais excrementos. Lavar a calcinhas da filha, por vezes cheias de sangue, ou escovar os brinquedos do cachorro, um a um, são algumas das inúmeras maneiras que recorrentemente as trabalhadoras domésticas vem seus corpos explorados e sujeitados enquanto exercem seu trabalho.

Angela Davis (2019) e Lélia Gonzalez (2018) explicitam brilhantemente em suas obras como, ao longo da história, as sociedades capitalistas dos Estados Unidos e Brasil, se utilizaram dos corpos e do trabalho subalternizado de mulheres pretas – mulheres estas muitas vezes estereotipadas e destituídas de sua feminilidade – como forma de manutenção de suas existências.

Em *Mulheres, Raça e Classe*, Davis (2016), ao citar o discurso de Sojourner Truth, explicita o lugar ocupado por mulheres negras no final do século XIX:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas



para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

18

Sojourner Truth foi pioneira ao evidenciar as diferenças entre as lutas de negras e brancas, trazendo à luz as necessidades de se considerar a intersecção de raça e gênero na luta por direitos conduzida pelos diversos grupos identitários. Na mesma linha de Davis (2019), Gonzalez (1984, p. 226) indica que:

Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. [...] Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel.

Deste modo, conforme Gonzalez (1984) nos lembra, recaí sobre o corpo feminino preto o estigma da raça que carrega significados simbólicos que contribuem para manutenção destas mulheres em determinadas

---

<sup>18</sup> No Livro *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis apresenta a ideia expressada no discurso de Sojourner Truth, o discurso na íntegra está disponível no Portal Geledes: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 08/10/2020



posições na estrutura de classes. Em outras palavras, a estigmatização reduz as mulheres pretas a um traço, uma marcação, destruindo qualquer possibilidade de que sejam percebidas a partir de outros atributos.

Gonzalez (2018) explicita, ainda, que ao longo da história, os lugares ocupados por mulheres brancas, pardas e pretas seguiram diferenciados. Enquanto mulheres brancas, após a conquista por direitos de acesso ao mundo do trabalho - direito esse não reivindicado pelas mulheres negras, que já trabalhavam desde quando sequestradas em África - passaram a ocupar os escritórios, como secretárias, as escolas, como professoras, e ao longo do tempo, ocupando os papéis de médicas, advogadas, empresárias etc, as mulheres negras seguiram sendo estigmatizadas e encontrando inúmeros obstáculos para ascenderem no mercado de trabalho como percebemos no discurso de uma das participantes:

Quando eu cheguei em São Paulo eu me achava muito inocente, o banco ele te dá uma coisa muito boa, no interior ele te dá um, vamos chamar status, que a gente era servidor, né!? Quando eu cheguei aqui para trabalhar, achei que a gente ia nas empresas, que a gente ia fazer e acontecer, e não é bem assim, você encontra uma estrutura, você encontra muita gente que se diz não ser racista, mas ela gosta de você ali, limpando pó, limpando banheiro, fazendo café... Não é demérito de ninguém fazer isso, porque eu venho de uma origem humilde, porém, a gente pode ser mais do que isso. Por isso que eu trabalhei, trabalhei ... até chegar até aqui. (Elisa).

Desta forma, quando considerados os estudos de Carvalho (2019) e Santos (2020), percebem-se similitudes quando consideradas as trabalhadoras domésticas e as mulheres que ocupam posições de prestígio no mundo do trabalho, isso porque, apesar de ocuparem diferentes patamares quando considerados seus postos de trabalho, não deixam de ser vistas como corpos pretos, corpos estes que estão ancorados nos interesses da classe dominante, que necessitam dessas mulheres pretas ocupando posições subalternas contribuindo para manutenção do status quo, enriquecimento da classe dominante, e não alteração da estrutura da pirâmide que traz no topo o homem branco.

A partir dos estudos de Carvalho (2019) e Santos (2020) pôde-se perceber que ao visitarem universidades, shoppings, serviços de um modo



geral, um corpo preto desconhecido, será, antes de qualquer título ou posição social, apenas um corpo preto:

Tem dias que a gente tem que ir no fórum eu levo a roupa, eu vou fazer uma diária levo a roupa social e troco e vou pro fórum e aí, então... sempre tem que ter um comentário: 'ah vamos lanchar no outback depois?', a gente sabe que você não pode ir em locais assim, mas a gente paga para você' (Márcia<sup>19</sup>)

E geralmente você chega nos lugares e as pessoas já olham para você meio que assim, né!? Como se diz.... Você entra em uma loja que é um pouco mais refinada, um pouco mais cara, as pessoas já olham para você como se diz assim: "hum, será que ela vai ter dinheiro para pagar isso?" Ou então geralmente elas te mostram as coisas mais baratas, avisando "olha, isso aqui está em promoção", enfim, ela simplesmente não te dá [...] Assim, você entra, você não é um cliente que vai olhar a loja a vontade, você entra e a vendedora te direciona para onde tem as coisas mais baratas. [...] Certamente você é uma pessoa que não pertence aquele espaço, né!? (Joana).

A ideia de que em uma sociedade capitalista e neoliberal a ascensão social possa ser uma forma de permitir à população acesso a melhor qualidade de vida, a produtos e serviços pouco acessíveis a indivíduos de baixa renda, tal aspecto não se aplica, muitas vezes, quando consideradas as mulheres pretas, que, no imaginário social, são ocupantes permanentes dos papéis de subalternidade. A fala de Joana, apresentada acima, explicita essa realidade de que, apesar de ocupar uma posição de prestígio, mulheres pretas seguem enfrentando os desafios vivenciados pelos diversos corpos pretos, constantemente barrados ou questionados, até mesmo quando buscam por serviços triviais, como comprar roupas em um shopping center, evidenciando a ideia de que esses corpos pretos, sujeitados aos interesses das classes dominantes, seguem ocupando, no imaginário social, a base da estrutura desse país.

---

<sup>19</sup> Além de diarista Márcia é estudante universitária de direito.



## Considerações finais

Avançar na perspectiva marxista, na atualidade, significa trazer para o centro do debate as questões de raça e gênero, compreendendo, como Gonzalez (2018) propôs, que a sociedade brasileira historicamente se constituiu sobre uma divisão racial do trabalho.

Buscar tal compreensão é entender que, na sociedade capitalista, as opressões não se relacionam quantitativamente (mulher + negra + pobre), mas, sim, qualitativamente, não são opressões que se somam, são eixos que se entrecruzam de tal forma que, possuindo sentido e origem próprias, acumulam-se e incidem nos sujeitos de diferentes formas.

Na tentativa de articular os dados advindos das duas pesquisas aqui analisadas verificamos que as mulheres entrevistadas constituem sentidos e significados que são constantemente atravessados por valores e ideologias presentes na dimensão subjetiva da realidade de tal maneira que, a atividade que exercem, ou ainda, a função/cargo, que ocupam e a raça a que pertencem interfere diretamente sobre o processo de construção de suas subjetividades<sup>20</sup>.

Nesse sentido, podemos afirmar que a discriminação sentida pelas mulheres pretas vai além do campo do trabalho, instaurando-se sobre toda a subjetividade. A discriminação sofrida por mulheres pretas associa-se a condição vivida no período escravocrata e às ideologias de gênero que atribuem a mulher o trabalho reprodutivo. Estes aspectos instaurados pelo sistema capitalista desde os seus primórdios fundamentaram a exploração de diferentes trabalhadores, contribuindo para criação de desigualdades e ideologias, como, por exemplo, o fato de as mulheres pretas serem mais mal remuneradas que as brancas, ou, ainda, pela presença massiva destas mulheres no campo do trabalho doméstico, como se mulher preta fosse sinônimo de doméstica.

A partir da articulação destes diferentes aspectos que atravessam cotidianamente a vida das mulheres pretas – heranças do período escravagista, marcadores sociais de raça, classe e gênero, etc – buscamos

---

<sup>20</sup> Aqui compreendemos que 'É o ser social, que determina a consciência, esta, por sua vez, condicionado historicamente pela produção material da vida, produção essa que significa não só produção econômica (economicismo), mas produção e reprodução dos meios necessários à vida, à sobrevivência humana, que envolve tanto produção de bens materiais quanto de bens imateriais, produção de objetividade e subjetividade, de elementos objetivos e subjetivos' (CHAGAS, 2013, p. 64).



compreender como, na maior parte das vezes, o trabalho não representa uma possibilidade de emancipação para estas mulheres uma vez que, mesmo que ocupem posições de prestígio continuam recorrentemente sendo subalternizadas em detrimento de seu gênero e cor da pele.

A realização deste artigo evidencia que, apesar dos muitos avanços que ocorreram na sociedade brasileira, a mulher preta ainda figura nos piores índices de desenvolvimento e desigualdade, especialmente no que tange ao mercado de trabalho. Observou-se, ainda, que mesmo quando as mulheres pretas conseguem superar a condição de pobreza e chegar a posições de prestígio, o fato de serem mulheres pretas carrega um valor simbólico que, a partir da dimensão subjetiva da realidade, questiona a sua presença nestas posições.

O racismo viola direitos sociais da população negra, prejudica a saúde não só psíquica, mas também física dessa população, interferindo na forma com a qual esses indivíduos projetam-se no mundo. Como apresentado no decorrer deste artigo, este cenário contribui para o processo de assimilação da inferioridade da mulher preta, processo este que não é solucionado apenas através de uma melhor ocupação no mercado de trabalho uma vez que o trabalho por si só não garante a completa transformação da realidade dessas mulheres.

Procuramos, apontar para a possibilidade de superação dos aspectos apresentados, compreendendo a complexidade do fenômeno e sua relação com muitos outros fenômenos. Como diriam Bock e Gonçalves (2009, p.153). “há muitas possibilidades, pois o humano está em permanente construção”. Perante a esse desafio, ressaltamos a necessidade de uma visão sempre dialética, capaz de olhar o singular, o individual, mas, sem perder de vista o todo, o plural, superando assim, visões naturalizantes, vitimizantes e culpabilizantes.

Finalmente, indicamos que esperamos que não se trate aqui da finalização de um artigo, mas, do início de um longo processo que vislumbra a transformação da condição social da mulher preta na sociedade contemporânea.

## Referências

ALMEIDA, Sívio Luis de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento. 2018.

ANDERSON, Kevin. *Marx nas margens*. São Paulo: Boitempo. 2019.



- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Boitempo. 2009.
- ALVES, Giovani. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. Ano V – Número 8. *Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho*. 2011. Disponível em: [http://www.estudosdotrabalho.org/4\\_8%20Artigo%20ALVES.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/4_8%20Artigo%20ALVES.pdf). Acesso em: 27 de agosto de 2020.
- ARAÚJO, Barbara. *Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro*. 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/>
- BOCK, Ana Mercedes Bahia; GONÇALVES, M. G. M. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In \_\_\_\_\_. (Orgs.). *A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 116-157.
- CARVALHO, Mônica Gurjão. *A dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado: Uma análise sob a perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica*. 2019. 130f. Dissertação (Mestrado em Psicologia social). Pontifícia Universidade Católica, PUC-SP, São Paulo.
- CHAGAS, Eduardo Ferreira. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, maio/ago., 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/3099/2360>. Acesso em 27 de setembro de 2020;
- DAVIS, Angela. *Mulheres Raça e classe*. São Paulo: Boitempo. 2019.
- FARIAS, Márcio. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. In: *SER Social*, Brasília, v. 19, n. 41, p. 398 – 413, jul.-dez./2017.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa – Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FURTADO, Odair. *Trabalho e Solidariedade*. São Paulo: Cortez. 2011.
- GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: A historicidade como noção básica. In BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs). *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 47-66.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.



- \_\_\_\_\_. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Diáspora Negra. 2018.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: expressão popular, 2016.
- HOOKS, bell. *Eu não sou uma mulher?* mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.
- IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4.ed. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_; ENGELS, F.. *O manifesto Comunista*. 4. Ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo. 2011.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva. 2019.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 19, n1, 2006. pp. 287-30.
- PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas – a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. 2011. In: *XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS*, I, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: 50 anos. São Paulo: ANPUH-SP.
- SAFFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. 3. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013 [1969], p. 111-133.
- SANTOS, Winnie Nascimento. *Significações de mulheres pretas inseridas no mundo do trabalho em posições de prestígio social*. 2020. 174f. Dissertação (Mestrado em Psicologia social). Pontifícia Universidade Católica, PUC-SP, São Paulo.
- SOUZA, Jessé. et al. *Ralé brasileira: Quem é e como vive*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2009.

Recebido em 14 out. 2020 | aceite em 28 jan. 2021.

